



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE VASSOURAS**

## Autógrafo

Lei nº 2037

de 31 de Janeiro

de 2003

Cria o PLANO DE APOIO A EMPRESAS e dá outras correlatas providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte

**LEI:**

Art. 1º - Fica criado o PLANO DE APOIO A EMPRESAS, identificado pela sigla PAE, com o objetivo de conceder incentivos tributários e simplificar a tramitação dos processos administrativos necessários à concessão dos respectivos incentivos, às empresas de produção de bens e de prestação de serviços.

Art. 2º - Os incentivos previstos nesta Lei, beneficiarão as empresas que vierem a se instalar no Município, bem como aquelas que, já instaladas, vierem a se expandir.

Art. 3º - As empresas de que trata esta Lei, ao requererem os benefícios, terão procedência sobre quaisquer outras na tramitação, análise e demais procedimentos administrativos, indispensáveis à concessão dos mesmos.

§ 1º - Os procedimentos administrativos simplificados referem-se a aprovação de projetos e inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes junto ao Município.

CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS  
Regime de Urgência  
Aprovado em 29/01/2003  
\_\_\_\_\_  
Presidente

§ 1º - Os procedimentos administrativos simplificados referem-se a aprovação de projetos e inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes junto ao Município.

§ 2º - A Secretaria Municipal de Fazenda manterá Cadastro separado das empresas beneficiadas pelo PAE.

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar Comissão Especial, composta por servidores públicos municipais, para apreciar os requerimentos de enquadramento no PAE, com a finalidade de:

I – Analisar e opinar sobre os pedidos de isenção de tributos;

II – Propor medidas simplificativas que atendam ao propósito da Lei;

III – Requisitar servidor de qualquer órgão da administração pública municipal, direta ou indireta, visando a propositura de ações para agilização do PAE;

IV – Propor critérios e prioridades necessárias à concessão dos incentivos previstos nesta Lei;

V – Analisar e enquadrar os requerimentos dentro das atividades, de acordo com as prioridades municipais;

§ 1º - Os servidores públicos municipais encarregados de atender as solicitações da Comissão Especial deverão fazê-lo no prazo solicitado, sob pena de responsabilidade.

§ 2º - Compete ao Prefeito Municipal decidir sobre todas as propostas apresentadas pela Comissão Especial.

Art. 5º - As Secretarias Municipais que forem chamadas a se pronunciar sobre projetos e propostas dos novos empreendimentos ou das expansões das atividades já existentes, deverão fazê-lo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas quando o assunto for técnico e específico de cada Secretaria.

§ 1º - O Prazo referido neste artigo poderá ser prorrogado, a critério da Comissão Especial, em razão de imperiosa necessidade técnica.



§ 2º - Após o esgotamento do prazo acima referido, a Comissão Especial emitirá parecer conclusivo ao Prefeito, se favorável à concessão dos incentivos, com indicação dos tributos objeto de isenção, fixando também o tempo em que vigorará o incentivo.

Art. 6º - Fica assegurada às empresas de produção de bens e de prestação de serviços, as isenções dos seguintes tributos:

I – Impostos:

a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU

- Novas empresas: 100% (cem por cento);
- Empresas em expansão: 100% (cem por cento) da área construída para expansão bem a fração ideal à utilização para expansão.

b) Imposto sobre a Transmissão e Cessão Onerosa Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais e eles Relativos – ISTI.

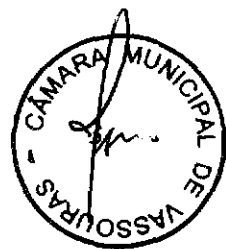
- 100% (cem por cento) na transmissão e cessão do imóvel utilizado para a instalação de novas empresas ou para expansão de empresas já instaladas.

c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza -ISS

- 100% (cem por cento) para as atividades da empresa;
- 50% (cinquenta por cento) para os serviços prestados, por outras empresas, as empresas incentivadas durante a fase de instalação ou expansão.

II – Taxas:

a) Taxas pelo Exercício de Polícia



- 100% (cem por cento) para todas as atividades das empresas.

b) Taxas pela Prestação de Serviços Públicos

- 100% (cem por cento) para todas as atividades das empresas.

Art. 7º - Vigorarão por até 5 anos, as isenções de que tratam o artigo anterior.

Art. 8º - Ficam automaticamente suspensos todos os benefícios e incentivos previstos nesta Lei, as empresas que não iniciarem a construção de suas instalações, no prazo de 06 (seis) meses, a partir da data da concessão do benefício ou incentivo, ou que não iniciarem suas atividades no prazo de 1 (um) ano.

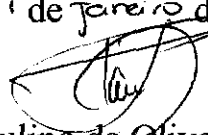
Parágrafo Único – Não haverá prorrogação de prazo de benefícios ou incentivos, para a mesma empresa.

Art. 9º - A Secretaria Municipal de Fazenda, promoverá o cancelamento judicial no Registro de Imóveis, do benefício concedido com a isenção do ISTI, pelo não cumprimento da empresa incentivada ou beneficiada, das disposições contidas nesta Lei.

Art. 10º - Constarão das notas fiscais ou faturas das empresas incentivadas menção a esta Lei, destacando o PLANO DE APOIO A EMPRESA -PAE.

Art. 11º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vassouras, em 31 de janeiro de 2003.

  
Altair Paulino de Oliveira Campos  
Prefeito Municipal

